

III SEMINARIO CIENTIFICO BRASILEIRO

Direitos Sociais, direitos ambientais e manejo responsável no setor sucro alcooleiro

Resumo do Seminário

Co – organizado por :



com o apoio técnico de :



Apresentação :

Durante o III Seminário Açúcar Ético, evento com edição bianual, realizado entre os dias 23 e 24 de Julho, na cidade de São Paulo, foram discutidos os “Direitos Sociais, Ambientais e Manejo Responsável no Setor Sucroalcooleiro”, com a participação de aproximadamente 50 entidades entre organizações nacionais e internacionais, sindicatos (Contag, Feraesp, FAF e CUT), empresários e organizações patronais dentre as quais Unica, a Udop e o Gerhai, além de autoridades de governos e organizações não-governamentais - ONGs.

O objetivo deste seminário foi de unir os diferentes atores da sociedade civil ao setor canavieiro a fim de fornecer as bases consensuais de um **diálogo social** e de destacar os eixos de melhoria deste setor baseados na legislação e em termos socioeconômicos e ambientais.

Foram discutidos pelos palestrantes, debatedores, mesas-redondas e público representante das demais entidades, os aspectos sociais, ambientais e de manejo responsável com vistas a encaminhar recomendações para o setor, no nível do diálogo social.

Após cada palestra, ocorreram mesas – redondas específicas para as três temáticas do desenvolvimento sustentável, cujos objetivos foram de propor recomendações relativas a cada aspecto, que serão apresentadas no resumo do seminário.

A mesa relativa à questão social ficou sob a coordenação da Universidade de Brasília - UnB, através de especialistas do Centro de Desenvolvimento Sustentável. Foram sugeridas sete recomendações feitas por consenso a serem acrescentadas ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, assinado em 25 de junho, entre o Fórum Nacional Sucroenergético, União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – ÚNICA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo – Feraesp/CUT.

Ja a mesa relativa ao meio ambiente foi coordenada por especialistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, através do Centro de Clima e com a participação de representações como o Ministério das Relações Exteriores - MRE, a União dos Produtores de Bioenergia - UDOP, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Federação da Agricultura Familiar /CUT. Dessa interação, saíram oito recomendações.

A coordenação técnica da mesa relativa aos aspectos economicos ficou sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo – USP, pela Faculdade de Economia e de Administração com o Observatório Sucroalcooleiro de Riberão Preto. Os participantes dessa mesa foram a UNICA e as principais entidades de certificação ambiental como a Imflora, a ID Terra pela “Better Sugarcane Initiative”, a Organização Internacional Agropecuária e várias ONGs. Foram propostas cinco recomendações com vistas à união de esforços objetivando a construção de práticas que tornem o setor mais sustentável.

Observadores estrangeiros da África do Sul e da Guiana Francesa participaram de todas as mesas-redondas, solicitados pela ONG Açúcar Ético, organizadora do evento.

A próxima etapa visará atividades que possam ajudar os municípios brasileiros implicados com a cultura da cana-de-açúcar. Terá também como objetivo a criação de condições que permitam a convergência das certificações e o reforço do diálogo social entre os vários atores do setor sucroalcooleiro brasileiro. Tais resultados certamente virão ao encontro da melhoria da qualidade de vida da comunidade!

Por maiores informações www.acucar-etico.org

Participantes e entidades que se registraram para o seminário

Organizações Internacionais: OIT Seção Brasileira

Sindicatos: FAF CUT – FERAESP - DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio Economicos) – CONTAG* - Fequimfar* - Sindicato dos Empregados Rurais de Guariba*

Companhias: Cert ID Ltda.; Consultoria em tecnologias ambientais ; Inteos Comunicação e Sustentabilidade ; Equipav S/A Açúcar e Álcool – PETROBRAS ; SÃO FERNANDO AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA ; Usinas IPIRANGA ; Usina José Pessoa* ; MARKESTRAT* ; Fersol* ; Noronha Advogados* ; COOTA ; Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos* ; Empresa Comanche* ; BRENCO* ; Hillside Export* , DBO engenharia

Organizações profissionais : UNICA ; UDOP ; GERHAI

Organizações não governamentais: Fundação Friedrich Ebert (FES) ; Instituto Socioambiental ; Imafloa ; IBISS-CO ; Instituto Ethos ; IMAD (Instituto sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) ; OIA (Organização Internacional de Agropecuaria) ; SOS Mata Atlântica ; Movimento Nossa São Paulo ; ONG Ecotropica* ; GESC ; Preservação Limeira SP

Organizações governamentais: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo ; FUNDACENTRO MTE ; EMBRAPA MEIO AMBIENTE ; IEA – Instituto de Economia Agrícola ; MAPA Ministerio da Agricultura e de Agro Pecuaria ; Ministerio das Relações Exteriores ; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ; Ministério Público do Trabalho, MS ; Secretaria para o Meio Ambiente do Estado de Sao Paulo – INMETRO ; Ministério Público Estadual do Mato Grosso do Sul* ; Ministério Público do Trabalho em Bauru*

Bancos : BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social)

Universidades : Universidade de Brasília ; Universidade de São Paulo ; Universidade Federal de Rio de Janeiro ; Universidade de Campinas ; Universidade federal de Roraima*

Entidades estrangeiras: Embaixada da França no Brasil ; Fuisa (Africa do Sul) ; WWF Guiana Francesa

Jornalistas : representantes dos jornais: Reporter Brasil ; Procana ; Máquina da Notícia ; Mercado Etico

Com o apoio financeiro do :



Em parceira academica com :



Centro Clima
CENTRO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE
MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia e de Administração

Universidade de Brasilia – Centro Sustentavel

Universidade – Centro Clima

Em parceira institucional com :



Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento



Ministério Público
do Trabalho



Secretaria do Meio Ambiente
Estado de São Paulo



Confederação Nacional dos
Trabalhadores na Agricultura



Federação dos Empregadores
Rurais Assalariados de SP



União da Indústria de
Cana-de-Açúcar



Grupo de Estudos em Recursos
Humanos na Agroindústria



Ethanol and Sugar
Impact Analysis



Com midia :



Agradecemos aos estudantes da **Faculdade** de Filosofia, **Letras** e Ciências Humanas **Letras Modernas USP** pelo trabalho de tradução.



Resumo do Seminário

23 de julho de 2009 – Direitos sociais e direitos ambientais

Período da Manhã: “Perspectivas do direito social no setor sucroalcooleiro”

09h15 – 10h00 – Situação atual do direito brasileiro

▪ Luis MACHADO – OIT (*Organização internacional do trabalho*)

A OIT propôs diversos tratados internacionais para os países que a compõem. Quatro princípios fundamentais orientam sua ação:

- O combate ao trabalho escravo;
- O combate ao trabalho infantil;
- A promoção do diálogo social;
- O combate à discriminação do trabalho.

Uma convenção (a Convenção 29) propôs a erradicação do trabalho forçado, isto é, todo trabalho que é exigido de um indivíduo sob ameaça de punição de maneira involuntária. Para compreender o caso brasileiro, é preciso distinguir “trabalho escravo” de “trabalho forçado” (baixos salários e más condições de trabalho), pois a terminologia que é empregada é a de “trabalho escravo” para todas as situações de trabalho forçado.

A cada quatro anos, a OIT publica um relatório mundial sobre a condição do trabalho forçado. O último propunha soluções e ações rigorosas, tendo como objetivo o fim da impunidade às empresas que transgridem às leis, de acordo com as medidas de prevenção e reabilitação dos trabalhadores.

As más condições de trabalho não dizem respeito apenas ao setor sucro-alcooleiro, evidentemente. A imprensa nos mostra que a exploração dos trabalhadores tem, às vezes, relação com a exploração sexual (prostituição), econômica (exploração de imigrantes): o tráfico de pessoas.

Uma questão permanece: por que existe trabalho escravo? Talvez porque ainda há impunidade, uma certa vulnerabilidade dos trabalhadores (que muitas vezes não puderam estudar) e porque o Estado, às vezes, não está presente numa determinada região.

É importante destacar que o Brasil se afirma como um exemplo no combate ao trabalho escravo. Em 2006, a OIT fez um relatório sobre o Brasil sobre a situação da escravidão durante os últimos anos e levantou-se que os “trabalhadores escravos” são principalmente homens entre 18 e 44 anos (é um trabalho que exige muita força física), analfabetos e que 85% das pessoas começaram a trabalhar nas plantações aos 12 anos aproximadamente. O custo diminuiu e os trabalhadores não são todos negros, como no passado. A região norte do Brasil é aquela em que encontra-se a maior quantidade de trabalho escravo no Brasil.

Agora, um dos objetivos principais é a assinatura de um pacto nacional para a erradicação do trabalho escravo: procura-se criar políticas como a sanção (proibição de compra) de produtos oriundos deste tipo de trabalho.

▪ **Cícero Rufino PEREIRA (Procurador do Ministério Público do Trabalho –MS)**

O Ministério do trabalho, antes da Constituição de 1988, já existia, mas sua ação limitava-se a outros assuntos. Atualmente, ele se ocupa de questões mais específicas como os direitos sociais do trabalho (neles incluídos os direitos humanos dos trabalhadores). Ele funcionaria como um tipo de quarto poder, ou seja, uma organização externa aos outros poderes que inspecionaria todas as empresas (levantamento teórico sobre o papel da ação do ministério no que diz respeito ao trabalho escravo).

Nesse ministério, há dois grupos de estudo:

- um deles sobre a jornada de trabalho exaustiva;
- o outro sobre as condições degradantes de trabalho.

O programa nacional de promoção do “trabalho decente” no setor sucroalcooleiro, segundo a OIT, tem o objetivo de difundir o “trabalho decente”, isto é, um trabalho produtivo e adequadamente remunerado e realizado em condições de liberdade e igualdade, visando à dignidade da pessoa humana do trabalhador. A função social do trabalho tem de ser respeitada e os empregadores devem desenvolver um sistema de promoção dos trabalhadores (plano de carreira).

Mesmo que o assunto em questão seja o trabalho nas usinas e plantações de cana-de-açúcar (latifúndio), pode-se encontrar a exploração de mão-de-obra em minas de carvão vegetal também. Eis porque a defesa dos direitos humanos (trabalho decente) é ainda necessária.

É preciso, ainda, refletir sobre questões climáticas, pois a expansão dos terrenos destinados ao cultivo da cana contribui para o aquecimento climático mundial (um dos grandes problemas da atualidade). A questão do trabalho forçado toca, também, o tráfico de pessoas, a exploração da prostituição, a escravidão por dívidas, etc.

A norma 31 do Ministério do Trabalho explica detalhes característicos de um trabalho “não escravo”: os trabalhadores devem fazer exercícios, uma ginástica laboral antes de trabalharem para não terem problemas de saúde, por exemplo.

A título de conclusão, o conferencista destacou que as más condições de trabalho e as jornadas exaustivas caminham juntas. Desde 2001, o Brasil conta com leis que se propõem a suspender qualquer subvenção fiscal a empresas que não seguirem as regras ou em caso de infração às leis do trabalho (há uma “lista negra” das empresas que desobedeceram as regras).

▪ **Estela SCANDOLA – ONG IBISS-CO (MS)**

A conferencista inicia sua reflexão sobre a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil a partir da seguinte pergunta: Por que o Brasil precisa aumentar a produção de etanol? Uma resposta possível é que é necessário fazê-lo para preservar a humanidade da emissão de

carbono. No entanto, o país não poderia assumir a responsabilidade de “salvaguardar toda humanidade” e de todas as consequências sociais que o crescimento das plantações de cana-de-açúcar pode gerar.

Hoje, lugares historicamente agropastoris estão se tornando grandes plantações de cana. Diz-se que certas regiões e vegetações brasileiras como o Pantanal, o cerrado e a Amazônia representam obstáculos para a expansão do açúcar. Vê-se surgir, então, um novo parâmetro de acordo com o qual as normas de trabalho são seguidas. Entretanto, no campo e mesmo em algumas destilarias dos centros urbanos, onde a fiscalização não é frequente, as condições degradantes continuam.

Qual o preço de um valor societal? Vale a pena ingressar no grupo de países desenvolvidos sem refletir sobre as questões sociais e ambientais?

A chegada das usinas e das plantações de cana-de-açúcar causa impactos diretos nas cidades:

- ela (a usina) gera despesas imprevistas: as despesas com a saúde pública aumentam, pois com a usina, há mais acidentes;
- ela gera problemas sociais de segurança pública (a ordem municipal e a vida cotidiana das cidades mudam) e outros como o aumento do número de gravidez involuntária (os “filhos da cana”) ou ainda a destruição cultural em razão da utilização de mão-de-obra indígena (processo irreversível).

Enfim, a conferencista afirma que promover apenas a mecanização não é a solução e que é necessário criar um novo modelo que leve em consideração os impactos da indústria da cana nos diferentes envolvidos.

10h00 – 11h00 – Os problemas sociais nas empresas

▪ J. Reinaldo Prates da Silva – FAF CUT (SP) - Sindicalista

A mão-de-obra de uma usina não vem apenas do município onde esta está instalada, mas também dos municípios próximos. As prefeituras se tornam submissas às empresas, e a população local dependente dos usineiros. A usina não cria empregos e receita como imaginamos, pois os efeitos colaterais são dos mais devastadores. As empresas podem combater a sindicalização de seus funcionários, fazendo com que os próprios funcionários tenham que se representar.

O Estado não pode tomar o papel que cabe à sociedade: é preciso assegurar o respeito ao sindicalismo para que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos.

No campo, o sindicalismo ainda é pouco observado, devido à intimidação dos proprietários de usinas de cana-de-açúcar. A concentração de terras no Brasil leva a grandes desastres econômicos e sociais e o setor sucroalcooleiro, que se desenvolve sobre bases monopolistas, é um exemplo deste tipo de concentração.

Podemos combater a fome através da desconcentração de terras; mas resta ainda uma questão fundamental: como melhorar as condições de trabalho e erradicar o trabalho exaustivo; como acabar com a remuneração por produtividade que leva o trabalhador a exceder sua capacidade física natural.

11:00 – 11:30 – Qualificação de mão-de-obra no setor

▪ Lara LIBONI – FEA-USP (RP) – Representada por Nina LIRA CECILIO

Perfil da mão-de-obra no setor sucroalcooleiro: tendências e perspectivas

A conferencista apresenta, inicialmente, uma pesquisa feita a partir dos índices (RAIS, PNAD, CAGED) levantados de 2003 a 2007, e uma projeção para 2012 sobre a evolução do perfil das profissões na área sucroalcooleira e sobre o número de plantadores de cana. Trata-se de uma pesquisa sobre o futuro do setor visando promover o desenvolvimento de políticas públicas, de modelos de gestão, da qualificação dos empregados e da organização do setor e das principais iniciativas nacionais e internacionais a favor da certificação.

Os dados são obtidos de fontes formais de emprego, ou seja, entrevistas com responsáveis em RH das usinas e com outros representantes do setor (é preciso dizer que as pesquisas respeitam apenas à região centro-sul do Brasil)

Finalmente, a conferencista apresenta os resultados da pesquisa. Observou-se:

- O crescimento das áreas plantadas;
- O crescimento de demissões e de admissões (saldo positivo), mas apesar de o saldo ser positivo, o *estoque* de trabalhadores diminuiu;
- Que o número de contratações aumenta de acordo com o nível de escolaridade dos candidatos;
- A redução de mão-de-obra no corte de cana.

A partir desses resultados, entendeu-se que é necessária a reflexão sobre o que farão os trabalhadores nas usinas após a mecanização na colheita e que é preciso que a empresa assuma a função de orientar esses trabalhadores e mostrar-lhes quais papéis eles podem ter nesta nova cadeia produtiva.

Período da tarde: “Perspectivas do Direito Ambiental”

14:30 – 16:00 – Os impactos ambientais da produção de cana-de-açúcar

▪ Sergio Alves Torquato - Instituto de Economia Agrícola - IEA

A aceleração do aumento da produção da cana-de-açúcar (desde 2003) foi impulsionada pela demanda nacional (carros flex) e pela importância da demanda internacional por novos tipos de energias renováveis. No entanto, para que os biocombustíveis sejam alternativas viáveis, não basta que eles apresentem eficiência energética, devem

apresentar benefícios ecológicos e ainda não prejudicar o abastecimento de alimentos. Estima-se que para atender 5% da demanda mundial de combustíveis, seria necessário construir cerca de 600 novas usinas até 2025. A ocupação de terras utilizadas para produção de cana traz problemas ligados às monoculturas.

A produção no estado de São Paulo é caracterizada pela concentração fundiária, ou seja, a indústria canavieira possui grande integração vertical. Um dos pontos mais criticados do setor alcooleiro é a queima da palha da cana ou do bagaço que causam problemas ambientais e de saúde para a população local. As queimadas estão diminuindo graças à pressão de ambientalistas e ao interesse econômico crescente. O cultivo da cana ocupa aproximadamente 24% do setor agrícola de SP.

Para organizar a discussão sobre os impactos da cana, o conferencista delimita diferentes focos temáticos:

- *Alimento Vs Energia*: a alta nos preços de alimentos recentemente observada não é um reflexo da produção de cana para fabricação do álcool (etanol), na verdade, ela deve-se ao aumento significativo na demanda mundial desses produtos (alimentos).

- *O impacto ambiental*: o sistema produtivo da cana consome uma grande quantidade de água e, além disso, observa-se, nesse sistema, uma utilização intensiva do solo e de produtos agrotóxicos, e a produção de gases que geram o efeito estufa, em razão da queimada.

- *O impacto social*: o sistema produtivo da cana baseia-se na concentração de terra e de renda. Passa-se, então, a certas considerações sobre as soluções já propostas e sobre as necessidades do setor. Segundo a constituição brasileira, a sociedade tem o direito de ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado e cabe ao poder público e à sociedade civil garanti-lo. Existe uma série de decretos e normas, emanadas de todas esferas de poder, que tratam de questões ambientais e do uso da terra. As ações do setor ao longo da cadeia produtiva deve visar ao desenvolvimento de técnicas e tecnologia de minimização do uso da água no processo produtivo e de adequação e conservação do solo.

Finalmente, previne-se que não há mais espaço para as atividades que trazem benefícios econômicos e que, porém prejudicam o meio ambiente; e que o setor sucroalcooleiro privado já se conscientizou disso. É, além disso, de interesse de todos, inclusive dos produtores/usineiros, conservar e preservar o solo e os recursos hídricos.

▪ **Ricardo VIEGAS – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Projeto ambiental estratégico Etanol Verde**

VIEGAS discorre sobre a importância econômica do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo: ele é responsável por quase 30% da energia saída da cana-de-açúcar produzida no Brasil. O palestrante também apresentou estratégias governamentais para promover o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, há neste Estado aproximadamente 5 milhões de hectares de terras destinadas à produção de cana-de-açúcar, o que mostra a importância do setor. Isso corresponde à 20% da produção mundial (conta-se 198 unidades agroindustriais, 12000

torneadores-produtores de cana em operação e 400000 trabalhadores registrados¹, 10% dos municípios paulistas diretamente ligados a esta atividade econômica) e 60% da produção nacional. Ele ressalta que a maior parte da produção de etanol exportado acontece em São Paulo e que mais de três milhões de carros têm um motor *flex*, quer dizer, que aceita tanto a gasolina quanto o álcool – o que justificaria a expansão do comércio de etanol nos postos de abastecimento.

Ele estabeleceu um panorama dos conflitos históricos em relação ao setor – aspectos ambientais ressaltados (nessa gestão): a queima de terrenos (10% das terras do estado em 2006) ; a perda de 1,4 milhões de hectares de mata ciliar; a consumação excessiva de água na indústria.

Plano de ação para assegurar a sustentabilidade do setor: elaboração do protocolo agro-ambiental paulista que engloba:

- A criação de um grupo através da Secretaria (SMA/SAA/UNICA) ;
- A negociação de ações diretivas para diminuir os impactos ambientais (eliminar a prática de queima proibida desde 2007, reduzir a queima de bagaço, proteger as florestas e fontes de água, estabelecer um plano técnico de conservação do solo, minimizar a poluição, conservar os recursos hídricos).

16h00 – 16h30 – Situação atual do Direito brasileiro: normas federais e normas estaduais

▪ Vitor COMAR – Instituto do Meio Ambiente de Desenvolvimento (IMAD)

Nos últimos três anos, o terreno ocupado pela produção de cana no Mato Grosso do Sul multiplicou-se quatro vezes. Nesta região onde se encontra uma reserva indígena muito grande, o desafio de conciliar a expansão das plantações de cana e a preservação das reservas e, conjuntamente, da cultura indígena coloca-se.

A ocupação da terra onde essas comunidades estão instaladas por usinas agrícolas é historicamente comum no Brasil e no MS: é preciso estar atento para que essa situação não volte a acontecer.

Dos 40 mil índios do Estado, cerca de 13 mil são incorporados à cadeia produtiva de cana-de-açúcar, o que pode representar um progresso econômico em termos de criação de empregos, mas também um passo para trás em relação à perda do patrimônio cultural. Com o advento da mecanização, é preciso ter um projeto para ocupar a mão-de-obra substituída pelas máquinas. A sociedade deve encontrar soluções para isso e as unidades produtivas devem também participar dessa atividade.

▪ Ana Elisabeth - Consultora ambiental da DBO Engenharia – Impacto da expansão da cana-de-açúcar em Goiás.

Atualmente, 16% da matriz energética do Brasil origina-se da cana-de-açúcar. O Brasil adota um modelo misto de produção que fornece açúcar como alimento e etanol como fonte

¹ Que não estão no “mercado negro”.

renovável de energia (das 422 usinas que produzem cana no Brasil, 249 adotam o modelo misto).

A região centro-sul é responsável pela maioria da produção nacional de cana. A produção do norte e do nordeste é quase dez vezes menor que a do centro-sul. As bases de produção brasileiras tem como objetivo lucros de produtividade por meio de novas tecnologias e da diminuição da utilização de mão-de-obra.

Os impactos da cana-de-açúcar em Goiás:

- A cana é uma das culturas que tem o menor impacto ambiental quando comparada a outras culturas agrícolas em curso no Brasil. Embora sua produção reduza a agricultura familiar, deslocando uma parte da população dedicada a esta atividade para trabalhar na produção, a expansão do setor não reduz a produção de alimentos, causada pela especulação internacional no mercado financeiro.

A sustentabilidade estabelece-se em três amplas dimensões: econômica, social e ambiental. O desafio consiste em desenvolver um sistema produtivo capaz de responder às necessidades sociais e ambientais da sociedade, além das econômicas. É necessário qualificar os trabalhadores cortadores de cana que serão substituídos pela mecanização, para que eles possam trabalhar em outras áreas e em outras atividades econômicas.

Finalmente, a conferencista aborda certas questões levantadas, em geral, sobre a expansão da cana e as reservas indígenas. Ela afirma que se deve buscar a auto-identificação das comunidades indígenas além da simples discussão das regiões de reserva ou não; que havia, no MS, 30 hectares e terra por indígena no passado e que hoje há somente um e que essas terras não podem preservar a cultura indígena nem responder às necessidades de sobrevivência dessas populações; e que a expansão da cana ocorre em terras degradadas anteriormente utilizadas pelo setor agropastoril.

16:30 – 17:00 – Debate e recomendações

1. Um participante pede esclarecimentos sobre a questão dos índios que participariam do processo de produção da cana. Segundo ela, já que a política da FUNAI não promove o trabalho entre os indígenas, a questão levantada pela mesa não existiria.
2. Um participante diverge da anterior ao citar o caso estudado por seu grupo (dos índios guaranis). Segundo ela, os impactos do setor sucroalcooleiro seriam grandes na vida dos índios e não estariam vinculados exclusivamente a expansão da cana em seus territórios.
3. Um participante pede para que a mesa explore a questão das fronteiras diante do processo de expansão da cana, ainda que sua produção seja sustentável e sem uso de agrotóxico.

Comentários da mesa:

Sérgio Torquato levanta a questão do grau de legalidade das terras indígenas (oposição: homologadas ou não homologadas) que é, inclusive, contestado pelos índios que querem ocupar outros territórios. Segundo ele, do ponto de vista legal, são considerados critério para delimitação dos territórios indígenas trabalhos antropológicos que identificam a

localização das tribos há 80 anos, o que não satisfaz os índios que reivindicam terras de origem de seu povo.

Torquato ressalta, ainda, a diferença da visão que se tinha dos índios: idéia de que é preciso protegê-los, o que justificaria as reservas; e da visão de que se tem atualmente que leva em consideração a autodeterminação: os índios é que devem decidir o que são e o que querem. Para finalizar, o integrante da mesa aborda a insatisfação indígena com a quantidade de terra que lhe é atribuída (1 ha por pessoa) que também não se adapta a seu modo de organização espacial (30 ha por pessoa) destacando a necessidade de se pensar em meios de aumentar tal quantidade de terra e de melhorar essa terra. Com relação à expansão da cana, ele indica que no Mato Grosso do Sul essa expansão se dá, sobretudo em área pecuária.

Outro integrante da mesa traz dados da expansão da cana em São Paulo. Segundo estudo publicado na revista *Informação Econômica* (mar/2008), em que ele se apóia, 90% das terras ocupadas pela cana eram áreas pecuárias e degradadas.

Outro integrante ressalta que os impactos da cana na vida dos índios são grandes, mas que é preciso levar em conta que não é diferente de outras experiências e cita a difícil recuperação inglesa do desemprego causado pelo fechamento de usinas. Ele cita, ainda, a os impactos causados pela combustão à lenha muito praticada pelos índios.

Questões:

4. Um participante pede esclarecimentos sobre qual seria a melhor metodologia para análise e criação de indicadores sobre a expansão da cana versus produção de alimentos.

5. Um participante destaca a importância de discutir a reserva legal e as medidas do governo para adequação dos pequenos proprietários da agricultura familiar, além da absorção da mão-de-obra que não mais será empregada na produção de cana-de-açúcar.

Comentários:

A discussão das reservas implica um escopo maior que inclui outras esferas governamentais, como a federal, de forma que a inclusão deste tema no protocolo escaparia das atribuições do governo estadual.

Comentou-se que os projetos desenvolvidos para estudo da expansão da cana têm considerado a avaliação dos diversos grupos de interesse, além dos pesquisadores da área. Tem-se observado, ainda, a transferência ou a mudança de área de plantio de alimentos para a criação de indicadores sociais, econômicos e ambientais, a respeito do assunto.

Os projetos desenvolvidos para a recuperação ambiental devem também estimular o pagamento dos serviços ambientais que poderia absorver trabalhadores expulsos do campo pela mecanização.

Ressalta-se que seria um equívoco atribuir à expansão da cana a responsabilidade pela produção escassa de alimentos próxima às grandes metrópoles.

Questões:

- Como os serviços sociais do Brasil lidam com a questão da pobreza. Esses serviços levam em conta as condições de grupos minoritários?

- Há dois grupos que devem ser considerados na discussão da expansão da cana, são eles: os familiares tradicionais e os assentados da reforma agrária, pois, segundo ela, conforme pesquisa realizada por seu grupo, 70% dos jovens teria interesse em permanecer no campo, entretanto, não vêem ali oportunidades de trabalho. Assim, muitos acabam cedendo suas terras a usineiros, indo trabalhar na cidade e, conseqüentemente, perdendo sua terra. Sugere-se que esse público poderia atuar no plantio de árvores.

Comentários:

Para exemplificar medidas tomadas para absorção desses jovens deslocados, cita-se o caso da Colômbia onde foi desenvolvido um projeto de estímulo de lideranças locais para a geração de atividades voltadas para o jovem, com o objetivo de manter estes em suas comunidades locais, de incitar a capacidade de organização e de garantir a idoneidade moral sem a qual nenhum projeto tem sucesso. No caso brasileiro, em que o rural foi por muito tempo deixado à deriva, é preciso, além de discutir a diversificação da produção, a verticalização e a integração (energia e alimento), discutir a economia solidária com forte base social. É possível tratar da questão social no meio rural através do desenvolvimento de unidades produtivas menores que destinam uma parcela maior dos recursos produzidos para as comunidades locais.

24 de julho de 2009 – Manejo sustentável do setor sucroalcooleiro

Período da Manhã: “Quais as responsabilidades sociais das empresas?”

09:00 – 09:45 – A gestão de recursos humanos em termos de desenvolvimento sustentável

Dr. Rui – GERHAI (Grupo de estudos em recursos humanos na agroindústria)

Inicialmente, o conferencista argumenta sobre a importância do setor sucroalcooleiro na economia brasileira apoiando-se nos seguintes dados atuais: o setor gera aproximadamente um milhão de empregos diretos e mais de dois milhões de empregos indiretos; ele tem um total de 400 indústrias; ele tem um faturamento de 60 bilhões de reais (e de 10 milhões de dólares de exportação); ele investe, ainda, no terceiro setor.

Após a elaboração de um breve panorama dos fatos históricos relevantes para o desenvolvimento da sustentabilidade (a perda do poder da igreja e da confiança no Estado, as revoluções dos séculos XIX e XX e a ascensão ao poder da Empresa), Dr. Rui explica a nova ordem em que as empresas se inserem atualmente que deve considerar as novas tecnologias e seus efeitos.

Em seguida, o conferencista define, grosso modo, o que seria uma empresa socialmente responsável e suas necessidades:

- Esta empresa é aquela que conhece e incorpora os interesses e as demandas de todos os envolvidos (acionistas, empregados, comunidade);
- Esta empresa deve visar a uma condição social mais agradável visto que se torna co-responsável pelo desenvolvimento da sociedade;
- Esta empresa tem de introduzir uma gestão integrada por três dimensões (econômica, ambiental e social) e medir os impactos gerados por suas atividades.

Passa-se, então, à enumeração dos benefícios de uma gestão social e ambientalmente sustentável:

- A valorização da empresa junto aos clientes e à sociedade;
- O acesso a mercados cada vez mais exigentes e regidos por leis sócio-ambientais;
- Produtividade com processos mais eficientes e limpos;
- Economia de insumos agrícolas;
- Capacidade de atrair e reter talentos.

Em seguida, o conferencista trata da evolução dos recursos humanos no setor. Segundo ele, de 1965 a 1996, houve um grande avanço no que diz respeito ao conceito de empresa responsável no setor sucroalcooleiro, sobretudo, com relação aos avanços nos

acordos de trabalho com os sindicatos e nas formas de remuneração. Como exemplo desses avanços, ele cita os dados: 91% das empresas estudadas contribuem para a previdência, 97% oferecem seguro de vida aos empregados, 89% oferecem refeições, 70% oferecem cestas básicas ou VR e 100% possuem ambulatórios.

Além disso, Dr. Rui mostra as ferramentas empregadas para a organização de uma empresa responsável.

- Auditorias, com respeito às normas, à legislação trabalhista e aos acordos coletivos;
- O desenvolvimento de lideranças que abrange orientação da forma de gerir pessoas (até mesmo os cortadores de cana) e o orçamento e da forma de traçar um plano estratégico.

Finalmente, o conferencista explana sobre como deve ser conduzida a pesquisa do clima organizacional através de indicadores. Segundo ele, este clima relacionar-se :

- À definição e ao desenvolvimento de políticas em recursos humanos (escolas nas empresas, bolsas de estudo, quadros de aviso, uso de uniforme, linhas de crédito, convênios com farmácias);

- À avaliação do desempenho com foco nas competências visto que esta avaliação visa ao desenvolvimento das pessoas e do potencial máximo de todos os colaboradores. É a partir dessas avaliações que são definidas as políticas de treinamento e de evolução em carreira e, ainda, as metas (sempre com a participação dos sindicatos) as quais, atualmente, coincidem com os objetivos do Milênio da ONU;

- Aos programas de remuneração: os benefícios e a participação nos resultados;

- Aos programas a favor da qualidade de vida: ginástica, esporte, medidas de conscientização, educação financeira, inclusão de deficientes;

Cid Caldas - Ministério da Agricultura

O moderador destaca a importância do setor sucroalcooleiro, visto que a produção de açúcar e etanol ocupa o terceiro lugar na produção nacional (depois da de soja e da de carne), e os novos desafios do setor dentre os quais a mecanização na colheita mostra-se o mais evidente. Ele nos lembra da extinção da colheita manual exigida pelo protocolo (que se aplica a todo país) pela qual seriam responsáveis o governo, mas também o setor privado, que deve absorver os trabalhadores expulsos do campo. Destaca-se também a importância da construção de uma boa imagem da empresa e do setor já que, no Brasil, não se modificou a imagem do setor ainda vinculada à política dos coronéis.

Debate

- Um participante pede para que os integrantes da mesa discutam o problema da existência de intermediários no processo de contratação dos cortadores. Além disso, ele pede aos conferencistas para aprofundarem a questão do pagamento por volume produzido e dos acordos coletivos que, algumas vezes, não representariam a vontade dos trabalhadores.

Resposta: O conferencista responde que o pagamento por volume de produção é realizado na muito tempo e que, entretanto, dever-se-ia discutir o valor da plantação ou da colheita.

- Um participante destaca a importância do profissional em recursos humanos nas empresas e, sobretudo, no setor sucroalcooleiro. Ele pergunta, ainda, onde a prática da participação nos resultados é difundida.

Resposta: O conferencista responde que tal prática é mais difundida no estado de São Paulo.

09:45 – 10:45 – As políticas de desenvolvimento sustentável nas empresas de cana-de-açúcar

▪ Iza Barbosa – UNICA

Primeiramente, a conferencista salienta os principais objetivos da organização UNICA: a promoção da Responsabilidade Social Corporativa e a discussão do tema da sustentabilidade por meio da pesquisa de campo.

Para Iza Barbosa, o setor sucroalcooleiro teria evoluído no que respeita à abordagem desses temas através da aplicação de projetos, da formulação de balanços (não apenas econômicos, mas também sociais) e da difusão de boas práticas agrícolas.

A ação da UNICA consiste em orientar toda a cadeia de produção uma vez que, inúmeras vezes, o problema da inadequação às regras do protocolo encontra-se no início da cadeia no fornecimento. Ela explica, ainda, as ações da organização para melhorar os indicadores éticos como a eleição de representantes nas próprias empresas ou a criação de grupos de discussão.

A representante da UNICA não atribui o sucesso da sustentabilidade ao desenvolvimento de projetos sociais, mas à gestão, que deve levar em consideração as demandas dos empregados e da comunidade.

Finalmente, ela comenta a importância do desenvolvimento sustentável das empresas (que é, inclusive, tomado como garantia para linhas de crédito, por exemplo) e da aplicação de programas como o “UNICA Jovem” que incita o crescimento dos filhos dos empresários na própria empresa.

11:15 – 11:45 – Responsabilidade social e ética

▪ Gláucia Terreo – Instituto Ethos - Global Reporting Initiative

A GRI é uma rede mundial na qual trabalham pessoas de diferentes regiões e áreas de estudo. Essa estratégia de se comunicar com o mundo todo ajudou a disseminar seu trabalho, hoje visto como um modelo.

A GRI trabalha com empresas que querem ter uma certificação ou obter um relatório de sustentabilidade fundado sob 3 pilares: o financeiro, o ambiental e o social. Normalmente as empresas só levam em conta o financeiro, então a GRI propõe um relatório mais completo e lhes dá ferramentas para isso.

A primeira empresa que utilizou a ajuda da GRI foi a Natura, e o número de empresas vem aumentando. O desafio é sensibilizar as pequenas e médias empresas.

Explica-se que para elaborar um relatório, deve-se levar em conta:

- Os Indicadores: econômicos, ambientais, relações trabalhistas (número de trabalhadores, treinamento), direitos humanos e segurança patrimonial.
- Os princípios para definir conteúdos do relatório: materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto de sustentabilidade, abrangência.
- Os princípios para assegurar a qualidade do relatório: equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza, confiabilidade.

Segue-se, então, a sugestão do processo:

- Para que investir em gestão de sustentabilidade?
- Planejar o processo: quanto tempo será necessário?
- Entrar em contato com as partes interessadas.
- Concentrar esforços, desenvolver procedimentos, monitorar os indicadores.
- Publicar, comunicar, difundir as informações.

A GRI oferece 3 tipos de selo: 1. auto-declaração. 2. verificado por terceira parte. 3. GRI Check.

São elencadas as vantagens da elaboração do relatório: a conquista da confiança das partes interessadas, a criação de valores financeiros, a atração de capital favorável, a motivação da equipe e de novos talentos.

Segue-se às recomendações: é necessário um auto-diagnóstico (honesto), o desenvolvimento da cultura, de uma visão a longo prazo, do conceito de desenvolvimento sustentável e de um diálogo equilibrado com as partes interessadas da empresa (principalmente as partes antagônicas).

Conclui-se que o que é complicado de organizar não é a GRI, mas a gestão e a mudança da política da empresa.

Período da Tarde: « Considerações comuns da sociedade civil, pelos relatores »

14:30 – 16:30 – Mesas Redondas

Eixo ambiental

A mesa redonda responsável pela discussão das questões ambientais foi composta pelos seguintes membros:

- Dra. Clarita Schwartz, Consultora em Tecnologia Ambiental;
- Sra. Maria Cláudia Nogueira, da FAF – Federação agricultura Familiar – CUT-SP;

- Sr. Marcelo Costa Almeida; Unicamp
- Sr. José Maria Guzman Ferras (Embrapa);
- Sra. Patrizia Torres – UDOP;
- Sr. Daniel Lobo (UNICA).
- Fernando de Azevedo Silva Perdigão – Ministerio Das Relações Exteriores

Apoio Acadêmico : Centro Clima; Universidade Federal de Rio de Janeiro

- Sr. Marcelo Golin Buzzatti
- Sr. Daniel Fontana Oberling

A partir de uma discussão prévia, na qual cada participante discorreu sobre a atuação das organizações que representam, foram discutidos alguns tópicos sobre as melhorias e perspectivas de mudanças e desenvolvimento para o setor ambiental.

Questões / Problemas:

- São Paulo vem desenvolvendo reflexões e políticas no que diz respeito à expansão do setor sucroalcooleiro (expansão da área plantada, políticas públicas, etc.). Se São Paulo não impuser restrições e se desenvolver (funcionar como modelo), o que acontecerá com os outros estados?
- O álcool de segunda geração é um assunto que toca o campo ecológico e técnico. Há a possibilidade de melhorar a tecnologia utilizada na produção da vinhaça, por exemplo. Se há opção tecnológica, por que não as implementar ?
- Como fazer para assegurar a sustentabilidade na produção de etanol, levando-se em conta as precauções ambientais?
- Solo: Não há uma estrutura formal, no que diz respeito à “perda do solo”.
- Questão internacional: Como se dá a substituição das áreas nativas, com a expansão das zonas de produção de cana-de-açúcar para a fabricação de etanol?

Os presentes discutiram a cerca dos problemas levantados e pensaram em algumas alternativas para solucioná-los,

Alternativas/ Propostas:

- 1 - Protocolo: foi um avanço, mas não podemos perder de vista que se trata de uma recomendação. É necessário que se desenvolva uma estratégia única para atrair empresários e que esta estratégia sirva como parâmetro para outros estados, fomentando a cooperação entre o setor empresarial e as universidades;
- 2 - Já há pesquisas científicas que nos permitiriam ampliar o diálogo entre pesquisa empresariado. É preciso difundir as pesquisas universitárias que poderiam diminuir custos e auxiliar na criação de produtos sustentáveis (diminuição da degradação do meio ambiente).

3 - É necessário conscientizar as retinarias da importância das trocas dos equipamentos ultrapassados (caldeira etc.), para o aprimoramento da produção de álcool/etanol. Outra alternativa apontada seria concentrar a vinhaça para o transporte (barateamento do custo).

4 - É necessário desenvolver e ou aprimorar métodos de fermentação do próprio álcool e estimular pesquisa para a utilização de álcool/etanol de segunda geração.

5 - É necessária uma discussão nacional mais forte sobre a expansão da produção de cana-de-açúcar em territórios naturais (mudança no uso da terra).

Eixo social

A mesa redonda responsável pela discussão das questões sociais foi composta pelos seguintes membros:

- Sr. Luiz machado, da OIT – Organização Internacional do Trabalho.
- Sr. Cid Caldas, do Ministério da Agricultura;
- Sr. Alimir Carmo, da FERAESP – Federação dos Empregados Rurais assalariados do Estado de São Paulo;
- Sra. Iza Barbosa, da UNICA – União nacional da indústria de Cana-de Açúcar;
- Sra. Corlett Letlojane – Human Rights Institute of South Africa;
- Sra. Estela Scandola, da Ibiss-co; NGO MS.

Apoio Acadêmico : Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentavel

- Sra. Fernanda Goulart Duarte,
- Sr. Arnaldo Santos de Lima,

A partir de uma discussão prévia, na qual cada participante explanou sobre a atuação das organizações que representam, foram elaborados sete pontos de concordância sobre melhorias para o setor no âmbito social, são eles:

- 1) Admite-se que existem problemas sociais, ambientais e econômicos no setor sucroalcooleiro que precisam ser tratados;
- 2) Recomenda-se a realização de estudos preliminares e planejamento prévio, de maneira a conhecer previamente os impactos da implantação de um projeto sucroalcooleiro e as políticas necessárias para amenizá-los;
- 3) Para uma fiscalização bem sucedida, é preciso juntar o empenho de todas as partes envolvidas, sendo elas: a sociedade civil, as autoridades públicas, os funcionários representados por seus sindicatos e as empresas privadas do setor;
- 4) Destaca-se o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar, uma ação tri-partidária envolvendo o governo, os trabalhadores representados por seus sindicatos e a indústria. As questões de saúde do trabalhador

da indústria canavieira já estão contempladas neste documento. O grupo ressalta apenas a necessidade de desenvolver políticas de requalificação para os trabalhadores aliados do mercado de trabalho canavieiro;

- 5) Ressalta-se a importância de dar acesso à serviços públicos locais para trabalhadores migrantes;
- 6) Destaca-se a importância das pausas durante o expediente de trabalho, que já são garantidas por lei, e sugere-se uma fiscalização mais eficaz nesse sentido;
- 7) Recomenda-se a multiplicação dos programas de requalificação que hoje são destaque no estado de São Paulo para outras regiões.

Eixo econômico

A mesa redonda responsável pela discussão das questões econômicas (manejo responsável e certificação) foi composta pelos seguintes membros:

- Sra. Daniella Macedo – Instituto de manejo Florestal e Agrícola (ImaFlora)
- Sr. Augusto Freire – ID Pro Terra
- Sr. Edegar Rosa – Organização Internacional Agropecuária – OIA Brasileira
- Dr. Vitor Comar – IMAD – Instituto do Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Sr. Romain Taravella – WorldWild Foundation – Guiana Francesa

Apoio Acadêmico : Universidade de São Paulo : FEA– Ribeirão Preto / Observatório do Açúcar e Alcool

- Sra. Nina Lira Cecilio,
- Sr Sarah Toniello Tahan,
- Sr. Roberto Black.

Nesta mesa, certas problemáticas e soluções possíveis, no quadro das certificações, foram desenvolvidas.

- 1) É preciso chegar a uma maior harmonização entre os padrões de certificações. Para isso, deve-se desenvolver uma melhor comunicação entre as empresas (encontros e debates entre as empresas).
- 2) Não há clareza suficiente entre o que é uma certificação confiável e do que não é, assim como não há clareza da diferença entre certificado/selo/protocolo. Devido a isso, muitas usinas não se certificam por não terem informações precisas sobre o assunto. Deve-se pensar em ações por parte do governo, do terceiro setor (ONG) ou até mesmo por parte de empresas privadas.
- 3) Falta de adequação à realidade brasileira: existem normas européias de certificação, mas esses países não conhecem a situação real brasileira. Assim, a participação do Brasil é fundamental nas discussões internacionais do setor sucroalcooleiro.

- 4) Produtores: Muitas vezes há um conservadorismo por parte dos produtores para investir na certificação embora elas gerem eficiência e diminuam custos a longo prazo. É preciso então conscientizá-los dos benefícios do investimento.
- 5) Consumidores: também não estão totalmente conscientizados sobre os benefícios do consumo de produtos certificados.
- 6) A certificação torna o mercado mais ativo e ajuda no processo de regulamentação do setor.
- 7) A sociedade não pode depender apenas de políticas públicas. É preciso fazer mudanças nos modelos produtivo e econômico (capitalismo renovado, com ética e sustentabilidade política).

Tradutores/Intérpretes:

Cícero Alberto de Andrade Oliveira (*graduado em Letras Português/Francês e mestrando em Língua e Literatura Francesas pela Universidade de São Paulo*);

Isabela Trazzi (*graduada em Letras Português/Francês pela Universidade de São Paulo*);

Paula Souza Dias Nogueira (*graduanda em Letras Português/Francês pela Universidade de São Paulo*);

Paulo Henrique Landim Junior (*graduando em Economia Insper – Ibmecc-SP*).

Marília Fatima Bandeira (*graduando em Letras Português/ Inglês pela Universidade de São Paulo*)

Programação 23 de Julho : “Direitos sociais e direitos ambientais”

Período da manhã : Perspectivas do direito social no setor açucareiro

08:30 – 09:00h Recepção dos participantes

09:00h Introdução ao debate

► Moderador : **Ministério Público Estadual do Mato Grosso do Sul** , Dr. Paulo Zeni

09:15 – 10:00h Situação atual do Direito brasileiro: Normas federais e normas estaduais

- Luis Machado - OIT Escritorio Brasileiro

- Dr Cícero Rufino Pereira, Procurador - Ministério Publico do Trabalho - Coordenador do Núcleo de Usinas do MPT/MS

10:00 – 11:00h As problemáticas sociais nas empresas.

- Reinaldo Prates da Silva - Assessoria FAF/CUT-SP Trade union
- Estela Scandola - NGO IBISS-CO, Mato Grosso do Sul

11:00 – 11:30h Qualificação de mão-de-obra no setor

Observatório sucroalcooleiro - USP FEA RP - Professora Lara Liboni representada por Sra. Nina Lira Cecilio

11:30h Debate com a sala e recomendações

12:30h Eleição dos relatores (máximo 5)

13:00 – 14:00h Almoço

Período da tarde : Perspectivas do Direito Ambiental

14:30h Início dos trabalhos

Moderador : Oswaldo Lucon da **Secretaria para o Meio Ambiente do Estado de São Paulo**

14:30 – 16:00h Os impactos ambientais da produção da cana-de-açúcar

- Prof. Sergio Alves Torquato - Instituto de Economia Agrícola : IEA
- Sr. Ricardo Viegas - Programa Etanol Verde : Secretaria do Meio Ambiente SP,
- Sra Estella Escandola - ONG IBISS-CO (MS)

16:00 – 16:30h Situação indígenas e meio ambiente

- Dr Vito Comar - IMAD: Instituto do Meio Ambiente de Desenvolvimento

16:30 – 17:00h Debate e recomendações.

17:30h Eleição dos relatores (máximo 5)

Programação 24 de Julho : “Manejo sustentável do setor sucroalcooleiro”

Período da manhã : Quais as responsabilidades sociais das empresas?

08:30 – 09h00 Recepção dos participantes

Moderador : Sr. Cid Caldas do **Ministério da Agricultura**.

09:00 – 09:45h A gestão de recursos humanos em termos de desenvolvimento sustentável.

- Dr Rui - Gerhai (Grupo de Estudos em Recursos Humanos na Agroindústria)

09:45 – 10:45h As políticas de desenvolvimento sustentável nas empresas da cana-de-açúcar.

- Sra Isa Barbosa - UNICA (União da Indústria da Cana-de Açúcar)

10:45 – 11:15h Máster Cana, ferramenta de referência por uma empresa socialmente e ecologicamente responsável

- Josias Messias - Revista Procana

11:15 – 11:45h Responsabilidade Social e Ética : Global Reporting Initiative

- Sra Gláucia Terreo do Instituto Ethos

11:45 – 12:30 h Debate e recomendações - Eleição dos relatores (máximo 5)

13:00h Conclusão do seminário, Prof. Olivier GENEVIEVE, ONG Açúcar Ético

Período da tarde : Considerações comuns da sociedade civil, pelos relatores.

14:30 – 16:30h Participação dos relatores na sínteses e recomendações

Mesa Social - *Quais impactos presentes e futuros para a sociedade civil Brasileira ?*

Com o Apoio do **Centro de Desenvolvimento Sustentavel** - **Universidade de Brasília**

- Sr Luiz Machado - Organização Internacional do Trabalho - OIT Brasil

- Sra Estela Scandola - Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social - ONG IBISS-Co

Mesa Ambiental - *Quais impactos presentes e futuros para a sociedade civil Brasileira ?*

Com o apoio do **Centro Clima** - **Universidade Federal do Rio de Janeiro**

- Dr José Maria Guzmán Ferraz - Embrapa

- Sra Patrícia Torres - UDOP (União dos Produtores de Bioenergias)

Mesa Econômica- Quais ferramentas para um manejo responsável ?

Com o apoio do **Observatorio do Setor Sucroalcooleiro - Universidade de São Paulo - FEA RP**

- Sra Daniella Macedo - Instituto de manejo de manejo Florestal e Agrícola - Imafloira
- Sr Augusto Freire - ID ProTerra
- Sr Edegar Rosa - Organização Internacional Agropecuária - [OIA Brasil](#)

| Palestrantes | Organizações - Entidades | Link |
|--|--|---|
| Dr Paulo Zeni – MS – Moderador | Ministério Público Estadual do Mato Grosso do Sul |  |
| Luiz Machado – DF | OIT – Brasil |  |
| Dr Cicero Rufino Pereira – MS | Ministério Público do Trabalho |  |
| Sr J. Reinaldo Prates da Silva | Federação Agricultura Familiar - CUT |  |
| Sr Alcimir Carmo – SP | FERAESP — Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo |  |
| Professora Lara Liboni – SP | USP FEA RP – Observatorio sucro-alcooleiro |  |
| Prof. Sergio Alves Torquato – SP | IEA – Instituto de Economia Agrícola |  |
| Dr Oswaldo Lucon – SP – Moderador | Secretaria para o Meio Ambiente do Estado de São Paulo |  |
| Dr Ricardo Viega – SP | | |
| Sra Ana Elizabeth Accioly F.dos Santos– GO | ONG DBO Engenharia Ambiental |  |
| Dr Vito Comar - MS | Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento |  |
| Sr. Cid Caldas – DF – Moderador | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |  |
| Dr Rui – SP | GERHAI – Grupo de Estudos em Recursos Humanos na Agroindústria |  |
| UNICA – SP | União da Indústria de Cana-de-Açúcar |  |
| Josias Messias – SP | Jornal Procana |  |
| Glauca Terreo –SP | Instituto Ethos |  |
| Observadores Internacionais | Organizações - Entidades | Link |
| HURISA – Africa do Sul | Human Rights Institute of South Africa |  |
| Romain Taravella | WorldWild Foundation – Guiana Francesa |  |
| Organizadores | Organizações - Entidades | Link |
| Patrick CHAZAL | ICDES (Instituto de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico e Social) – França |  |
| Romain PEYRACHE | RONGEAD |  |
| Olivier GENEVIEVE | ONG Sucre Ethique - Açúcar Ético |  |



HURISA – África do Sul - Corlett Letlojane



Hurisa faz parte da plataforma sul-africana SANGOCO (South African National NGO Coalition) que é a maior coordenação de organizações não-governamentais o país pos-apartheid e de toda a região da África austral.

Corlett Letlojane é a atual diretora do Instituto Sul Africano dos Direitos Humanos - Hurisa



WWF Guiana Francesa - Romain Taravella



O WWF é uma organização não-governamental dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. A Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.

Romain Taravella é o atual responsável para a WWF França na Guiana Francesa.

Agradecemos os estudantes da **Faculdade** de Filosofia, **Letras** e Ciências Humanas **Letras Modernas** USP pela tradução.



Divulgação do Seminário nas mídias (site na Internet)

Agradecemos particularmente pela ampla divulgação do evento:

- A ABONG (Associação Brasileira de ONG), Sra Helda Abumanssur
- A FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o

Desenvolvimento), Sra Ester Neuhaus

- O DhESC (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais), Sra Licia

Cardieri

- A revista Procana, Sr Josias Messias
- A UDOP (União dos produtores de Bioenergias), Sr Leandro Sanches Ferreira
- O GERHAI (Grupo de Estudos em Recursos Humanos na Agroindústria), Sra Heloisa Minto
- Sr Alberto Broch, Presidente da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da

Agricultura)

- Sr Miguel Ferreira dos Santos da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados no

Estado de São Paulo)

☐ Fundações :

- FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social

<http://www.fides.org.br>

- GIFE – Grupo de Institutos Fundações Empresariais

<http://www.gife.org.br>

☐ Organizações Oficiais :

- APTA – Agência Paulista de tecnologia dos Agronegócios

<http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=3330>

- Instituto de Economia Agrícola

<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=10763>

☐ Sindicatos :

- CUT São Paulo

http://www.cutsp.org.br/2009/05/26_juinou9.ntmi

☐ Organizações Patronais :

- UDOP – União dos produtores de Bioenergias

<http://www.udop.com.br/>

- Gerhai – Grupo de Estudos dos Recursos Humanos na Agroindústria

<http://www.gerhai.org.br>

- BIOcana – Associações de Produtores de Açúcar, Alcool e Energias

<http://www.biocana.com.br/capa/lenoticia.asp?id=9237>

- Agroindus

<http://www.agroind.com.br/content/view/1567/2/>

- Truman Broker

- Dynergy Biotechnology AgroBusiness Energy

☐ Organizações não governamentais :

- Abong – Associação Brasileira das Organizações não Governamentais

- Nossa São Paulo: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/8775>

- Ecolnews

- Ibiss-co : <http://www.ibiss-co.org.br/site/noticiaVer/74/>

- Portal do voluntario : <http://portaldovoluntario.org.br/blogs/60191/posts/3592>

- Pastoral do Migrante

- Rio Vivos: <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=450&mat=13893>

- Vitae Civilis

☐ Mídias

- Jornal Procana

- Reporter Brasil

- Twitter : <http://twitter.com/ambientesp/status/2799789836>

- Sustentabilidade Blog : <http://www.sustentabilidade.blog.br/?p=2327>